

## **DIVERSIDADE SEXUAL: REFLEXÕES E PRÁTICAS NA ESCOLA**

Tayse de Souto Silva <sup>(1)</sup> José Hilton Silva Dantas <sup>(2)</sup>

(1) Universidade Estadual da Paraíba – [taysebiologia@gmail.com](mailto:taysebiologia@gmail.com)

(2) Universidade Estadual da Paraíba - [josehdsantas@gmail.com](mailto:josehdsantas@gmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho teve como objetivo promover uma reflexão sobre questões relativas a educação sexual na escola, especialmente no que se refere à diversidade de identidades sexuais, numa perspectiva de superação de (pre)conceitos e tabus que envolvem a abordagem da sexualidade. A discussão foi realizada no intuito de aprofundar debates, valorizar a diversidade sexual na escola e incentivar práticas educativas que contribuam para um convívio social mais democrático, tendo em vista que as relações de poder que ditam padrões heteronormativos colocam alguns alunos e alunas em posição de vulnerabilidade, hierarquizando as relações sociais. Utilizamos como aporte teórico para as discussões sobre aspectos culturais, os autores Lopes (2001, 2012); Silva (2012) Lins; Machado e Escora (2016), Furlani (2010), Cárceres (2011), no que se refere ao currículo utilizamos Brasil (1996, 1997, 1998) e para suporte metodológico, o autora Haguete (1997) A intervenção foi realizada em uma escola estadual de ensino fundamental e médio no município de João Pessoa, com turmas de ensino médio regular do turno da noite e os procedimentos metodológicos decorreram de uma pesquisa participativa, através da qual as atividades aplicadas propiciaram tanto a coleta de dados quanto a intervenção na comunidade escolar. Constatamos uma quebra de paradigmas a partir das intervenções realizadas, em que alunos e alunas puderam expressar suas percepções e ansiedades acerca da temática, o que contribuiu para a fruição dos debates. Pontuamos a importância de uma formação docente voltada para a abordagem da sexualidade por meio de um ensino/aprendizagem mais adequado e plural no sentido de que se assumam posturas não discriminatórias e não excludentes no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Sexualidade, Diversidade Sexual, Educação, Ensino.

### **INTRODUÇÃO**

A educação sexual constitui um processo de aprendizagem e conhecimento que deveria ocorrer de forma mais sistematizada e organizada na escola, muito embora, possa sofrer influências de vários setores como família, religião, política, entre outros segmentos sociais. No âmbito escolar, o tema sexualidade só começou a ser discutido em 1960 e posteriormente, com a reformulação curricular através da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) -9394/96, foi contemplado por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no ano de 1997, que sugeriram temas transversais como campos disciplinares a serem perpassados em todas as séries, dentre eles a orientação sexual.

Nesse sentido, os PCN - Temas Transversais - trazem a proposta de que a sexualidade, assim como outras questões sociais e/ou atuais, deve estar presente nas discussões realizadas na escola, pois as mesmas fazem parte do cotidiano dos educandos, e, portanto, são vivenciadas por eles. Ou seja, por serem questões sociais, os temas transversais têm natureza diferente das áreas convencionais, tratam de processos que estão sendo

intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos/as e pelos próprios educadores em seu cotidiano e podem receber contribuição de diversas áreas do conhecimento.

Este trabalho surgiu, então, da necessidade de uma reflexão e discussão sobre como a sexualidade está sendo considerada no espaço escolar, tendo em vista que na maioria das vezes é tratada de forma muito isolada, restrita apenas às disciplinas de Ciências e Biologia e limitando-se ao conhecimento sobre sistemas reprodutor masculino e feminino, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Essa lacuna pode ser ratificada em uma pesquisa de mestrado (SOARES, 2014) que trabalhou com professoras de Ciências do ensino fundamental II de três escolas municipais de João Pessoa/PB acerca de seus discursos sobre sexualidade em sala de aula. Ao longo das observações das aulas presenciais, foi percebido o predomínio do discurso biológico presente na descrição de órgãos sexuais, ao se falar de DST, de reprodução e de sexo. A palavra sexualidade não foi mencionada em nenhum momento, e isso impossibilitou que aspectos subjetivos que envolvem essa discussão fossem abordados.

Essa falta de eco e de sincronia é citada nos PCN - Orientação Sexual - quando afirmam que a “abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo” (BRASIL, 1998, p. 292), contudo, isso não impede que alunas e alunos vivenciem esses aspectos subjetivos e os interpretem, levando em consideração as sensações, os sentimentos e os pensamentos envolvidos nessa prática.

Precisa-se entender que a sexualidade envolve descobertas e prazeres que são construídos culturalmente. Segundo Lins, Machado e Escoura (2016, p.73) “a construção do desejo não é um processo completamente consciente e, por isso, não podemos dizer que seja um terreno operado por escolhas livres, individuais e racionais”.

Destarte, certa dificuldade e resistência em lidar com o tema sexualidade na escola, principalmente no que se refere à diversidade sexual, são relatadas por profissionais que acabam preferindo não interferir ou não problematizar preconceitos, transformando a escola num lugar de reprodução de desigualdades e discriminações (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 64).

A sexualidade está estampada no cotidiano escolar sob diferentes identidades sexuais que nossas alunas e alunos assumem e expressam, ao mesmo tempo em que o preconceito se faz presente nos olhares, nas falas, atitudes e comportamentos de colegas, professores ou funcionários, que, por assumir uma identidade considerada normativa dentro das relações

sociais, entendem que “ser diferente” é algo negativo, inaceitável ou vergonhoso para a sociedade. Para Silva (2012, p. 50-51)

a diferença pode ser construída negativamente por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora”

Dessa forma, “uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença” (SILVA, 2012, p.100). Faz-se necessário uma profunda reflexão sobre todas as relações de poder envolvidas na construção de estereótipos e modelos, com vistas a desmistificar ideias de hierarquização e inferiorização de algumas identidades sexuais ditas “diferentes”, que segundo Lins, Machado e Escoura (2016) ao pôr em xeque padrões de gênero tradicionais e a heteronormatividade<sup>1</sup>, coloca essas pessoas em situação de vulnerabilidade e desvantagem com relação a direitos.

Na escola, é comum a atribuição de modelos heteronormativos e hegemônicos na abordagem dos conteúdos curriculares, nos livros didáticos, nas atividades desenvolvidas em gincanas, amostras, entre outras abordagens pedagógicas. Guacira Lopes (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2012) atribui a esse padrão universal materializado pela cultura o termo *posição central*, considerando-a como privilegiada e não problemática, de modo que todas as outras posições de sujeito estão de alguma forma subordinadas a ela. Assim, quando não são excluídas do currículo todas as produções da cultura construídas fora desse lugar central, ocupam um lugar de exótico, alternativo ou acessório.

Tendo em vista a diversidade presente nas cercanias da escola, o tema sexualidade tem que provocar um profundo debate tanto entre educadores quanto educandos com a finalidade não apenas de promoção da saúde e prevenção do corpo, mas também de descoberta da sexualidade, dos prazeres e responsabilidades que estão envolvidos. O conhecimento sobre o corpo e sobre todas essas questões que envolvem o sexo e a sexualidade é de extrema importância para o desenvolvimento integral do indivíduo, para sua inserção na sociedade dentro dos diversos grupos sociais existentes, bem como, para um melhor relacionamento entre os indivíduos. É indispensável uma proposta curricular que vise uma ação

---

<sup>1</sup> Heteronormatividade é um termo referido a ideia de que as pessoas possuem, naturalmente, o desejo heterossexual. Segundo Lins, Machado e Escoura (2016, p.126) “parte do pressuposto de que ser heterossexual é a norma e o ideal a ser seguido; qualquer tipo de comportamento que se distancie da heterossexualidade é considerado um desvio, uma doença e/ou um problema”.

transformadora e humanística. Para Carvalho (2008, p.19), “a educação deve empenhar-se em concentrar esforços sintonizados na construção de saberes universalistas que não neguem nenhuma forma de diversidade”.

Acreditamos que uma educação que tem como alicerce os direitos humanos, que motive alunas e alunos a se posicionarem como protagonistas de suas realidades, entendendo o seu espaço social, de modo que todas e todos tenham vozes no processo educativo, contribui para uma melhor convivência social. O entendimento da escola como um ambiente plural, sendo fortalecido com projetos desse tipo, podem, ainda, contribuir para a diminuição do índice de evasão e proporcionar melhorias no rendimento escolar dos envolvidos/as. Nesse contexto, o trabalho objetivou promover uma reflexão e debate sobre as questões relativas à diversidade sexual, de modo que alunas e alunos entendam a complexidade dos aspectos envolvidos em suas sexualidades e desenvolvam posturas e atitudes que contribuam para a valorização dos direitos humanos. Paralelamente, temos o objetivo de problematizar práticas discriminatórias que tornam o ambiente escolar excludente e normativo, e consonantemente, incentivar o respeito à expressão de emoções, anseios e desejos das mais diversas identidades ali presentes.

## **METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos decorreram de uma pesquisa do tipo participativa, por meio da qual o pesquisador desenvolve as atividades junto ao grupo ou comunidade de estudo, coleta seus dados e realiza a sensibilização. De acordo com Haguete (1997), na pesquisa participativa, o problema se origina na comunidade em estudo e a última finalidade da pesquisa é a transformação estrutural fundamental e melhoria da vida dos envolvidos. Os sujeitos participantes dessa pesquisa foram alunas e alunos do Ensino Médio de uma escola pública do turno da noite, no município de João Pessoa.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: Questionário semiestruturado, aplicado em todas as turmas do turno da noite, totalizando 90 alunas/alunos. Buscou-se diagnosticar a percepção do corpo discente acerca da sexualidade e sua abordagem na escola, almejando identificar possíveis situações discriminatórias dentro da escola. Realizou-se também conversa informal com os alunos acerca dos resultados dos questionários, bem como, contextualização sobre a escolha da temática do projeto e de sua necessidade no ambiente escolar. No que se refere ao processo de intervenção, foi utilizado o recurso filme através da

obra "Orações para Bobby"<sup>2</sup>; Desenvolveu-se ainda atividades de pesquisa na internet acerca de termos desconhecidos pelos alunos, conforme constatados na análise do questionário de sondagem, e conhecimento acerca de dados matemáticos de crimes e ocorrências de natureza homofóbica para problematização do tema; Foram orientadas algumas atividades a serem criadas e desenvolvidas pelas alunas/os como apresentações teatrais, estudos de caso através de entrevistas com homossexuais da comunidade onde os alunos estão inseridos; performances musicais de danças com temáticas de valorização da diversidade. Outra ação se deu através de uma palestra sobre sexualidade com o artista visual e ativista LGBT Wagner Pina, que abordou conceitos e explicitou a situação de vulnerabilidade de algumas identidades sexuais, o que gerou um debate e participação das alunas/os. Finalmente, realizou-se uma apresentação por meio de uma ciranda cultural para a socialização das atividades desenvolvidas ao longo de três bimestres e uma gincana que correspondeu a culminância do projeto.

## RESULTADOS

O questionário foi aplicado a um total de 90 alunos entre as turmas de 1º a 3º anos, que totalizam 7 turmas. Destes, 57,8% são do sexo masculino e 42,2% do sexo feminino. Com relação à escolha religiosa, 43,3% se declararam católicos, 28,9% são evangélicos; 8,9% responderam que são cristãos; 3,3% não possuem religião e 11% não respondeu. Apenas através de uma observação direta, percebemos que alguns alunos que frequentam religiões como candomblé e umbanda não quiseram expor sua religião, o que pode indicar a opressão sofrida por religiões de origem afro-brasileira.

Quando perguntado se ter amigos ou pessoas próximas homossexuais provoca vergonha ou incômodo (item 3 do questionário diagnóstico), obtivemos respostas afirmativas e com as seguintes justificativas: *"porque as pessoas vão pensar que estou me juntando a eles"*; *"acho um pecado, pois Deus criou homem e mulher"*; *"acho que devemos valorizar a sexualidade que Deus deu"*. Apesar de muitos associarem suas opiniões a questões religiosas, nem todo tipo de preconceito está ligado à religiosidade, uma vez que a falta de conhecimento sobre o assunto também era motivo para pré-julgamentos. Para Cáceres (2011) tratar as questões de sexualidade e gênero dentro do espaço escolar, requer quebra de paradigmas, muitas vezes internos, pois nos deparamos com situações que envolvem desde nossa criação,

---

<sup>2</sup> Filme de direção de Russell, ano 2009. Baseado na história verídica de um jovem gay de família muito religiosa que, por não compreender sua sexualidade, nem ter apoio de sua família, comete suicídio.

o que recebemos de nossos pais, nossas concepções em relação à religião, credo, entre outros. Sabemos que como educadores também temos nossa identidade, mas precisamos nos pautar na concepção de que somos mediadores do conhecimento das crianças, quebrando “tabus”, muitas vezes internalizados em nós mesmos.

Com relação à orientação sexual 56,7% se declaram heterossexuais; 3,3% homossexuais; 0% bissexual; 33,3% desconhece esses termos. Com base nesses dados observamos uma minoria de pessoas, declaradamente gay, presentes na escola, o que nos leva a supor certa dificuldade de se posicionar e ter voz dentro de um contexto massivamente heteronormativo.

Ainda analisando o item 3 do questionário (Você se incomoda em ter amigos gays ou amigas lésbicas?) quantificou-se que apenas 10% mencionou que sim; 8,8% que às vezes; 1,1% que não têm amigos gays e a grande maioria (80%) que não se incomodam. No entanto, mesmo alguns alunos que disseram não se incomodar escreveram algumas ressalvas, como por exemplo, *“desde que respeitem”, “não gosto de ficar perto”, “o ânus é dele e ele faz o que quiser”, “não é comum”, “mas acho que devemos valorizar a sexualidade que Deus nos deu”, “gosto mas não concordo”, “não acho que porque somos gays temos que ficar nos pegando por aí”, “porque as pessoas vão pensar que estou me juntando a eles”* entre outros. E os que disseram que se incomodam, justificaram com frases, como: *“porque quando estamos reunidos a pessoa fica no centro das atenções” “temos que nos dar o respeito”, “porque é um desvio de caráter”, “tem gay amostrado”, “essas pessoas não mostram respeito”, “porque gays gostam de coisas diferentes”, “são escrotos e ficam falando palavrões”*.

Constatamos um certo preconceito e até mesmo certo receio das pessoas que se declaram heterossexuais terem pessoas com orientação sexual diferente da sua participando do seu convívio social, o que, por muitas vezes, provoca, dentro do ambiente escolar, uma divisão de grupos, onde os homossexuais, em geral, são minoria e se sentem excluídos e discriminados. “A ideia é que quanto menos os/as jovens souberem sobre homossexualismo, tanto mais estarão protegidos/as em relação a ele. Ou seja, o não conhecer pode ser preventivo de decisões consideradas não adequadas ou fora da norma” (SILVA; SOARES, 2012, p.89)

Cáceres (2011) nos esclarece que a escola se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinha acesso, dividiu internamente os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização e ainda nos foi legada pela sociedade ocidental moderna,

começando por separar adultos de crianças, católicos de protestantes, ricos de pobres e por fim, meninos de meninas.

Nesse contexto a escola deve repensar seu currículo e encontrar metodologias acerca das discussões sobre as questões de gênero capazes de mudar posturas e hábitos para que o ambiente escolar seja um espaço democrático e que garanta que todos tenham as mesmas oportunidades e direitos.

Segundo Furlani (2010, p. 49),

as políticas públicas e os currículos escolares – da educação formal – têm tido a preocupação de pensar “no bem comum”. Esse entendimento de vida em sociedade, necessariamente, só é possível se as diferenças forem vistas como positivas, como boas, como inerentes de uma multiplicidade própria da espécie humana. Essa reflexão é imprescindível para quem se propõe a educar gênero e sexualidade para uma sociedade da paz.

A sexualidade continua sendo um tabu em nossa sociedade, pois é um tema subordinado a muitos aspectos como: cultura, religião, crenças pessoais e mitos que impedem que seja tratado de forma neutra e clara. Um outro ponto a ressaltar é a falta de preparo dos docentes para lidar com o tema. Desse modo, tende-se a aumentar o abismo das diferenças e incentivar, mesmo que inconscientemente, a discriminação por parte dos grupos majoritários e dominantes.

Com relação ao item 4 e 5 do questionário, objetivou-se analisar a opinião dos alunos acerca da homossexualidade. Então, 51% dos entrevistados acham normal ver pessoas do mesmo sexo andando de mãos dadas ou beijando-se em público ou na mídia; 30% acha desnecessário, afirmam que não se deve expor esta orientação sexual e 18% consideram um absurdo por não ser, este, um comportamento normal. Quando perguntado sobre ter um filho ou alguém próximo gay/lésbica, 13,3% disseram que não aceitariam e ignorariam; 71,1% afirmam que aceitariam "numa boa" e 8,9% expulsariam de seu convívio. Ainda 2,2% escreveram que desconheciam sua reação. Percebemos que a maioria dos alunos já compreendem a homossexualidade de maneira natural e entendem o direito individual de expressão de sua sexualidade e da sexualidade do outro. No entanto, ainda uma relevante parcela considera desnecessário ou um absurdo, o que coloca a homossexualidade como algo inaceitável ou fruto de mera escolha. Entendemos e esclarecemos que condutas preconceituosas acabam por afastar homossexuais, bissexuais ou transexuais do convívio escolar, por serem, estes, constantemente alvo de olhares, de julgamentos ou até mesmo de chacotas ou piadas de mau gosto. Esse tipo de comportamento, por sua vez, gera violência e

agrava o percentual de jovens que abandonam seus estudos e/ou trabalhos e começam a participar de empregos marginalizados como a prostituição.

Um outro assunto que foi abordado durante as discussões diz respeito aos índices de suicídios e mortes por causa da homofobia, lesfobia, bifobia ou transfobia. Vale ressaltar aqui que dois dos questionários com relação à pergunta “o que faria se tivesse um parente gay/lébrica?”, obtivemos como resposta “*mataria*”, sinalizando um pensamento de que a homossexualidade deve ser extinta por ser algo que de alguma forma pudesse corromper a ordem da sociedade.

Para Louro (2001, p. 89)

O processo de ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação aos/as homossexuais. No entanto, a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim “eliminar” esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da “norma”.

A abordagem dessa temática na escola abre reflexões sobre a necessidade de compreender conceitos e valorizar a natureza humana acima de qualquer determinação de diferenças, quer sejam raciais, religiosas, sociais, culturais ou sexuais.

Com relação aos casos de discriminação na escola, 26,7% disseram que já haviam presenciado. Dentre os casos mais comuns, citaram: “*agressões verbais*”, “*alguns viram o rosto*”, “*xingamentos, piadas e humilhações*”, “*querer estar longe de gays*”, “*chamar de gay ou ‘viado’*”, “*alguns professores*”, “*brincadeiras de mau gosto*”. Ressaltamos a necessidade de trabalhar essa temática com o corpo docente, pois foram mencionadas condutas preconceituosas por parte de alguns professores. Um outro ponto relevante é que, em um dos questionários, um aluno do sexo masculino escreveu que a discriminação que presenciou foi a de alunos chamando a professora de biologia, que é a autora do presente projeto, de lébrica. Aproveitando essa resposta, achamos pertinente discutir com os alunos sobre a questão dos estereótipos e julgamentos baseados em “achismos” e sobre a ideia de responsabilização de questões sociais independente do lugar de onde falamos, ou seja, o fato de não nos identificarmos com um grupo não nos exime da responsabilidade de discutir e refletir acerca do nosso comprometimento com o coletivo. Essa discussão foi importante, também, pois dentre as respostas para a pergunta do questionário: “Como você reagiria a uma situação de violência por homofobia dentro da escola?” 30% dos alunos responderam que não se meteria

e ainda 3,2% não defenderia por achar uma falta de vergonha essa orientação sexual. Este dado é preocupante visto que enquanto seres humanos e sociais devemos ter o entendimento da responsabilização social mencionada anteriormente, como busca de uma sociedade de paz.

Sendo a escola um espaço de construção de identidades e socialização de ideias, ela deve trazer ao debate o entendimento das hierarquias que sempre marcaram as diferenças, sejam elas de etnia, gênero ou identidade. O combate às hierarquias de gênero, não significa apagar todas as diferenças, de modo que igualdade não é a anulação das divergências, mas garantir que tais variações não sejam usadas para estabelecer relações de poder, hierarquias, violências e injustiças. (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016)

É importante retomar a discussão de que a sexualidade é tratada apenas levando-se em consideração seu aspecto biológico, estando a escola incumbida, especialmente na figura do professor de biologia, de ensinar sobre reprodução, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. Essa prática, pode ter contribuído para que 27,8% dos alunos respondessem que não acham que esse tema seja importante para se discutir em sala de aula. Dentre os argumentos apresentados, destacam-se: *“não gosto de debater essas coisas”, “cada um que cuide de sua sexualidade”, “não devemos querer mudar a opinião do outro”, “cada um segue seu caminho sem precisar da opinião de ninguém”, “acho feio discutir isso”, “cada um que cuide da sua sexualidade”*. Porém, a grande maioria (71, 1%) respondeu que eram importantes questões a serem discutidas e dentre os argumentos destacamos: *“para aprender”, “ajudaria a abrir a mente”, “ensinar o certo e o errado”, “mostrar que a sexualidade faz parte do dia-a-dia e não se refere só ao sexo”, “tirar dúvidas”, “mostrar que a homossexualidade é algo normal e que hoje não existe barreiras”*.

Dentre os assuntos que os educandos gostariam de ver abordados e discutidos em sala, destacam-se: *“debater sobre o preconceito”, “esclarecer mais sobre gênero”, “sobre tudo, é muito importante”, “adoção de crianças entre casais homossexuais”, “homofobia”, “como os homossexuais se descobrem”, “violência contra a mulher”, “travestis”*. Observamos que existe uma curiosidade muito grande acerca dessa temática e muitas dúvidas a serem esclarecidas. Infelizmente, a homossexualidade ainda é um assunto que requer mais visibilidade, assim como todas as questões que se referem à sexualidade.

No que diz respeito à pergunta sobre o que você entende por gênero, observamos um desconhecimento e confusão muito grande de conceitos e concepções. 26,1% respondeu que não sabia o significado de gênero e 16,2% não respondeu a esta questão. Dentre as respostas obtidas destacamos: *“divisão entre o feminino e masculino”, “ser homem ou mulher”, “é um*

*tipo de sexo”, “ser homem e ser mulher”, “diferença sexual”, “opção sexual”, “personalidade, defeitos, sexo de um modo geral”, “É uma coisa própria, de você mesmo”, “qualidade de cada pessoa”, “orientação sexual”, “é diversidade”, “escolha de cada um”, “é demonstração de caráter”, “estilo de vida de cada um”, “é a união entre um homem e uma mulher”.*

O conceito de gênero muitas vezes é confundido com o de sexo, orientação sexual ou sexo biológico, homem/mulher. De fato, este é um conceito um tanto complexo, pois não está ligado às questões biológicas apenas. De acordo com Meyer (2012) gênero refere-se aos comportamentos, atitudes ou traços de personalidade que a cultura inscrevia sobre o corpo sexuado. Ou ainda, é um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir do que se entende como feminino e masculino, operando sentidos para as diferenças nos nossos corpos dentro de uma estrutura de poder. (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Chamamos a atenção para que a abordagem da sexualidade na escola não se limite apenas a questões biológicas, pois o não entendimento de que ela também está ligada vivências e experiências construídas culturalmente contribui para o fortalecimento de preconceitos. Assim, as questões de gênero, por serem incompreendidas, são afastadas das discussões no âmbito escolar.

Nesse contexto, após as intervenções com os debates, discussões, exibição do filme e palestra, como mencionados na metodologia, as alunas/os construíram e reconstruíram seus conhecimentos através de atividades desenvolvidas pelos mesmos sob orientação das professoras/es, cujas temáticas recaíram sobre o problema social da discriminação por orientação sexual e identificação de gênero, no intuito de valorizar as diversas expressões da sexualidade. A culminância das atividades se deu através de uma gincana com a participação de toda escola numa espécie de circuito cultural, onde os alunos produziram encenações, danças, exibição de estudos de caso decorrentes de entrevistas na comunidade, desfile, paródias e apresentações orais através de data show. Conduzido desta forma, este trabalho ajudou na quebra de paradigmas e do silêncio que permeia a escola sobre a abordagem da sexualidade, principalmente no que cerne à diversidade sexual, contribuindo para que cada vez mais práticas preconceituosas sejam extintas do currículo escolar em prol de uma educação democrática e inclusiva.

## CONCLUSÕES

Ao final de todo o projeto, percebemos que os alunos estavam mais receptivos ao diálogo sobre sexualidade, muitos apresentaram discursos espontâneos de combate ao preconceito e desmistificaram a ideia de que apenas as minorias afetadas pelos discursos hegemônicos devem lutar por seus direitos, direitos estes que devem estar garantidos por lei. Os discursos e as linguagens produzidas pelos alunos nos textos das encenações e paródias demonstraram uma modificação positiva no que concerne aos (pre)conceitos sobre a diversidade de orientações sexuais, sobre o sexo, sobre as identidades de gênero entre outros pontos abordados. Nesse contexto, paradigmas foram quebrados e espaços foram abertos para o aprofundamento da temática da sexualidade na escola, com o intuito coibir condutas preconceituosas no ambiente escolar.

O fundamental, quando se refere à Orientação Sexual, é o desenvolvimento de um trabalho informativo, de valorização humana através de uma intervenção pedagógica adequada, que possibilite ao jovem um lugar de fala, independente das categorias que o classificam. Projetos como este necessitam da ativa participação dos professores/professoras, inclusive na busca de formação continuada que lhe garantam condições de trabalho com a temática de modo a desmistificar medos, anseios, tabus e/ou dúvidas. Dessa forma, esta pesquisa sinaliza a necessidade de formação do docente para atuação junto aos adolescentes/jovens e a criação de parcerias e políticas integradas ao currículo na busca por um ensino/aprendizagem mais adequados e plurais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional** (nº 9394/96), 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** apresentação dos temas transversais. Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto-Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução aos Parâmetros curriculares nacionais 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CÁCERES, Gladimar Mariano. **Educação, sexualidade e gênero na educação infantil:** uma articulação possível e necessária. Diálogos Educ. R., Campo Grande, MS, v. 2, n. 2, p. 15-31, novembro, 2011.

CARVALHO, Edgard de Assis. **Saberes Complexos e educação transdisciplinar**. Curitiba, Educar, n.32, p.17-27, 2008.

FURLANI, Jimena. **Gêneros e Sexualidades** - Problematizando a educação e processos de produção de conhecimentos. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 1, jan./jun. 2010.

HAGUETE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LINS, Beatriz Aciolly, MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais - A questão de gênero na escola**. 1ª ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, M.V. (Org.). O currículo nos limiões do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER; Silvana Viladre (org). **Corpo, Gênero e Sexualidade** - Um debate contemporâneo na educação. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MEYER, Dagmar Estermann. (2012). Gênero e Educação: Teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FEIPE, Jane; GOELLNER & Silvana Viladre (org). **Corpo, Gênero e Sexualidade- Um debate contemporâneo na educação**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA. Rosimeri Aquino da.; SOARES, Rosângela. Juventude, Escola e Mídia. In: LOURO, Guacira Lopes; FEIPE, Jane; GOELLNER & Silvana Viladre (org). **Corpo, Gênero e Sexualidade- Um debate contemporâneo na educação**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p.89.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (org). HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença- A perspectiva dos estudos culturais**. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOARES, Karina Maria de Souza. **EDUCAÇÃO PARA PREVENÇÃO: O discurso de professoras de Ciências do Ensino Fundamental II em tempos de HIV/AIDS**. Dissertação (Mestrado em Educação). PPGE/UFPB. João Pessoa, 2014.